

A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO NUMA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO ALTO SERTÃO ALAGOANO

Isaura Lays Sá Fernandes de Souza*; Suzana Santos Libardi**.

**Estudante de graduação da Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão, layys15@hotmail.com;*

***Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professora Adjunta da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão, suzana.libardi@delmiro.ufal.br.*

RESUMO:

O presente trabalho apresenta uma análise das formas de participação das crianças em contextos educativos de educação infantil. Isso é feito a partir de um estudo de caso, com observação participante, numa escola municipal de educação infantil do alto sertão alagoano, com crianças na faixa etária dos quatro a cinco anos de idade. O interesse em pesquisar a participação das crianças no contexto da educação infantil partiu da necessidade de compreender o papel que essas ocupam, como sujeitos sociais de direitos próprios, nas práticas pedagógicas estabelecidas pelos docentes. Consideramos, então, no presente trabalho o conhecimento acadêmico-científico dos estudos da infância e sua afirmação de que, para uma educação inclusiva que comporte as singularidades dos sujeitos que dela participam, é necessário garantir a participação ativa das crianças – um importante elemento para o desenvolvimento da cidadania. Para tal, é oportuno impulsionar o debate acerca da relevância do estabelecimento de ambientes pedagógicos participativos que promovam espaços de discussão, negociação e a formulação de repertórios de ação para as crianças. Em consequência, uma criança que participa, em qualquer nível, se sente mais facilmente pertencente àquele espaço, produzindo assim uma vivência que faz mais sentido para ela, desenvolvendo sua autonomia, autoestima e habilidades sociais.

Palavras-chave: participação; participação de crianças; educação infantil.

INTRODUÇÃO

A participação das crianças nas práticas pedagógicas na educação infantil é cada vez mais defendida pelos estudiosos da infância e entendida como direito das crianças de serem consideradas como atores sociais plenos. Defende-se que crianças devem ser consideradas na organização do cotidiano educativo da instituição enquanto fortalecimento de um projeto educativo que proteja a ação humana com respeito a suas singularidades de geração, gênero, etnia, por exemplo. Neste processo sabe-se da importância do papel que os professores e que outros adultos da escola ocupam para a efetivação da participação das crianças.

Para estabelecer um espaço de educação infantil que oportunize maior participação das crianças é necessário a efetiva interação entre os envolvidos na relação pedagógica: os profissionais, familiares, comunidade e as crianças (AGOSTINHO, 2010). Desta maneira, cabe problematizar as formas de participação das crianças em contextos educativos. Uma vez que pensar em uma educação inclusiva, que comporte as

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

singularidades dos sujeitos que dela participam, cabe garantir participação ativa, um importante elemento para o desenvolvimento da cidadania.

Ao instigar diálogo entre o grupo dos adultos e o grupo das crianças, torna-se essencial o reconhecimento dos saberes e culturas das crianças e da infância enquanto grupo social heterogêneo e com especificidades (TOMÁS; FERNANDES, 2013). No entanto, este reconhecimento confronta-se com alguns prováveis obstáculos, como especificamente a ideia de que os adultos sabem exatamente, ou pelo menos sabem melhor, o que é certo e bom para as crianças, sempre, sem quase nunca lhes consultarem de alguma forma. Ir além destas concepções é um passo fundamental para a constatação da legitimidade das imagens, concepções e saberes das crianças sobre os seus direitos (TOMÁS; FERNANDES, 2013).

A participação contribui para a formação de sujeitos reflexivos, críticos e observadores que intervêm mais ativamente no seu meio e modos de vida, pelo fato de permitir ao indivíduo o desenvolvimento de suas próprias competências via exercício de seus direitos sociais (AGOSTINHO, 2016). Sendo assim, para a criança, participar é também um ato de investimento em si própria e um elemento essencial para a construção de ambientes de educação infantil mais democráticos, como espaço de diversificação, ampliação e complexificação das suas experiências (CASTRO, 2010).

No cotidiano das instituições educacionais ainda são presentes práticas pedagógicas que uniformizam, ordenam, controlam, conformam, vigiam e/ou engessam o pensamento, a criatividade, a espontaneidade e/ou a ludicidade que se constituem como dimensões humanas importantes, especialmente no tocante aos cuidados para com a infância. Tais práticas têm se constituído historicamente como uma forte tendência que marca a atuação pedagógica e dá-se a partir da construção histórica que concede ao adulto poder sobre a criança. Resinificar este entendimento, naturalizado, só será possível quando os espaços educacionais introduzirem uma pedagogia que veja a criança como um ser de direitos que deve exercer sua liberdade de se expressar e opinar diante de quaisquer fatos que lhe afetam direta e/ou indiretamente.

Entretanto, os obstáculos e mitos que se colocam sobre a promoção da participação das crianças são inúmeros. Tomás (2007) indica as justificativas mais utilizadas em escolas para dificultar a participação; são elas: a) o temor de perder ou diminuir o controle sobre os seus filhos, o que faz com que a participação infantil torne-se um desafio, na maioria das culturas, aos pais e a família da criança; b) a ideia de que as crianças não devem se ocupar com responsabilidades tidas como inapropriadas, devendo apenas participar nas decisões para as quais (os adultos avaliam que) têm competências; c) a necessidade de que a infância deva ser protegida, e

assim, permitir que a participação infantil aconteça, fará com que se tornem supostamente “pequenos adultos”; d) envolver as crianças na tomada de decisões, de modo direto e ativo, pressupõe dificuldades a nível prático, uma vez que atravança e atrasa o processo de deliberação; e) quando é permitida a participação infantil, ela ocorre superficialmente, fazendo com que muitas vezes sejam reproduzidos os modelos dos adultos de participação e seus efeitos; f) há descrença nas competências infantis; g) há ausência de habilidades dos adultos para comunicar-se com as crianças, tornando a linguagem uma barreira; h) a escola e a família não estão preparadas para a participação infantil, pois nelas prevalece uma dinâmica institucional apoiada em relações verticais; i) deixar as crianças decidirem sobre tudo em sua vida é incidir as mesmas a zonas de perigo; j) como não dispõem de competências cogentes para o exercício de direitos, como os adultos possuem, as crianças não podem esperar ter direitos semelhantes a eles.

A participação das crianças em decisões relacionadas a suas vidas apresenta consequências positivas para elas como compreensão dos processos democráticos e comprometimento com os mesmos, desenvolvimento de sua autonomia, maior autoestima, independência, habilidades sociais, entre outros; uma vez que as crianças que mais manifestam seus pontos de vista são menos vulneráveis frente aos abusos cometidos contra elas e seus direitos (SOARES, 2005). A ação de participar e sentir-se integrado a algo, conduz o indivíduo a uma consciência de si mesmo, dos seus direitos e de seu pertencimento a um grupo ou comunidade. Assim, significa dizer que o participar influi diretamente nas decisões e no processo em que a negociação entre adultos e crianças é fundamental; um processo que possa integrar tanto as divergências como as convergências relativamente aos objetivos pretendidos e que resultam num processo híbrido (TOMÁS, 2007).

Para a construção de espaços pedagógicos participativos é fundamental a promoção de espaços de discussão, negociação e a formulação de repertórios de ação para as crianças. É necessário concretizar, na prática, princípios que devem ser considerados, como: a garantia dos direitos de proteção e provisão; a não manipulação nem coação da parte dos adultos nas dinâmicas que são desenvolvidas. Além disso, implica ainda que sejam consideradas questões como a idade, gênero, etnia, classe social; e implica também que as crianças compreendam e dominem, antes de mais, o processo em que estão inseridas (TOMÁS, 2007).

Ao levarmos em conta este paradigma de participação das crianças, podemos inferir que alguns estereótipos (listado acima) que marcam a não participação das crianças nos ambientes escolares devem ser revistos; a exemplo, do estereótipo associado às teorias dos estágios de

desenvolvimento na infância e seus consequentes efeitos de tutela e/ou controle sobre o agir infantil. Conforme Fernandes,

[...] a idade, tal como o tempo, é um conceito ao mesmo tempo arbitrário e negociável, sendo indispensável ter sempre presente que a idade cronológica permite um aparente enquadramento racional e científico para o julgamento apoiado pelas teorias biopsicológicas, mas não possui suficiente informação acerca da maturidade ou de aspectos culturais e sociais que lhe atribuem múltiplas configurações (FERNANDES, 2005, p. 466).

A idade, portanto, não pode ser um entrave à participação das crianças, visto que apesar das crianças serem marcadas por esta categoria, elas têm a capacidade de perceber, interpretar, questionar, propor e precipuamente de agir – basta que se empregue espaços que permitam sua ação protagonista, pois crianças também querem participar, dar opiniões e soluções. Para isso precisam serem ouvidas.

O presente trabalho faz parte de pesquisa que está sendo realizada para um trabalho de conclusão de curso da Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão, que vem sendo realizado pela primeira autora sob orientação da segunda. O interesse em pesquisar a participação das crianças no contexto da educação infantil partiu da necessidade de compreender o papel que elas ocupam, como sujeitos sociais de direitos próprios, nas práticas pedagógicas estabelecidas pelos docentes. Nesta oportunidade, contemplamos a primeira fase do trabalho de campo realizado até o presente momento com o intuito de problematizar nosso olhar sobre a realidade a partir do referencial teórico adotado sobre participação infantil na escola.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada classifica-se como um estudo de caso que abordará as formas de participação das crianças em contextos educativos escolares. Esta modalidade de pesquisa “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento; [...] pois, é encarada como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto real” (GIL, 2010, p. 37). Esta forma de pesquisa é indicada como propícia para apreender os sistemas simbólicos dos indivíduos, com seus modos explícitos e implícitos, que regulam e/ou favorecem as relações, as manifestações, as ações, e no caso da presente pesquisa, que regulam e/ou favorecem a agência de crianças na escola.

Para a contemplação do campo da pesquisa – uma sala de aula de educação infantil em uma escola municipal de educação infantil (EMEI) –

está sendo usado a observação participante; uma técnica essencial à pesquisa de caráter qualitativo, por permitir à pesquisadora a compreensão da realidade observada. Conforme Cruz Neto, a observação participante “se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos” (CRUZ NETO, 2004, p.59). Neste sentido, o método sucinta ao observador introduzir-se na situação a observar com vistas e progressivamente se integrar aos atores sociais ali presentes, analisando o comportamento verbal e não verbal dos participantes, o que fornece hipóteses para o problema investigado.

A instituição na qual está sendo feita a investigação é uma unidade escolar pública municipal localizada em Delmiro Gouveia-Alagoas, no Alto Sertão Alagoano, em uma região de fronteira com outros municípios do sertão baiano e sergipano. A escola *locus* da presente pesquisa foi criada na década de noventa, sendo dedicada exclusivamente à educação infantil, com a oferta do ensino para crianças de três até os seis anos de idade. A escolha por esta escola se deu por diversos fatores, entre eles: por ter sido indicação feita por colegas; e por ser apontada como um ambiente aberto para formação continuada de professores – assim, procura realizar, apesar das dificuldades, um processo de ensino e aprendizagem com qualidade para as crianças.

A pesquisa de campo contemplada neste trabalho se refere às observações que foram realizadas com uma turma de Jardim I da referida escola no turno matutino, ao longo dos meses de julho e agosto de 2018. Neste período foram realizados 8 turnos de observação em sala de aula e no pátio da escola – durante o tempo de intervalo – totalizando 32 horas de permanência na instituição junto às crianças da turma participante da pesquisa. As observações foram realizadas contemplando inicialmente uma postura de menos intervenção, por parte da pesquisadora, quando ela se dedicou mais a ver como as crianças interagem sob a regência da professora efetiva da turma. Posteriormente, considerando que este também é o campo de estágio regular da pesquisadora em formação, contou-se com algumas oportunidades de interação com as crianças já experimentando a posição de docente na relação pedagógica, quando a mesma teve oportunidade de conduzir, junto com duas colegas, algumas atividades com as crianças em metade do tempo do turno escolar diário. Neste sentido, a experiência de formação docente em questão conjugou prática docente e pesquisa, tal como defendida por Lüdke e Cruz (2005).

A turma em questão, conta com vinte e quatro crianças, sendo doze meninas e doze meninos, na faixa etária de quatro e cinco anos de idade. Os alunos desta escola são alunos da zona urbana e rural do município – nesta turma, boa parte é da zona urbana. Para as crianças da zona rural

– residentes de povoados próximos – a Secretária Municipal de Educação (SEMED) disponibiliza transporte escolar. Estas crianças então, chegam à escola diariamente sob a responsabilidade do funcionário (motorista) responsável por aquela rota. Já as demais que residem na zona urbana da cidade, moram nas proximidades da escola, logo, vêm acompanhadas pelos pais ou familiares usando diferentes transportes, como carro/ motocicleta, ou mesmo caminhando. As crianças, principalmente as meninas, foram bastante afetuosas com a estagiária-pesquisadora em formação durante sua permanência na escola (uma permanência que continua a ocorrer para além do tempo citado acima). No decorrer das observações diretas com elas, sem menos esperar eram oferecidos abraços, convites para aniversários, comportamentos de carinho – como massagens – entre outros.

Na sala de aula, as crianças são agrupadas em um conjunto de carteiras bem pequeninas, de modo a formar na turma sete grupos de quatro carteiras/crianças cada. Este fator que corrobora para as brincadeiras em sala ocorrerem no pátio escolar seguindo a mesma divisão dos grupinhos da sala; com meninos brincando de bola, meninas de panelinha e carrossel, e meninos/meninas nos quebra cabeças, bloquinhos e gangorras. Sobre esta divisão, percebemos que em alguns casos estas brincadeiras e configuração dos grupos se alteram como respostas das crianças à organização dos tempos e espaços escolares. Tempos estes que são alternados, uma vez que as turmas da EMEI têm horários distintos de recreação no pátio para cada turma; outro fator que reforça também a adaptação das crianças diante das rotinas desenvolvidas no espaço educacional.

O diário de campo também está sendo empregado como instrumento para a coleta de informações. Nele é feito o registro das observações contempladas no dia a dia em sala de aula e no pátio escolar. Como já aludido a cima, a pesquisadora realiza suas observações participando diretamente com as crianças ao desenvolver atividades com as mesmas. O “treino” do olhar da pesquisadora em formação, logo, foi fundamental para não perder de vista as formas de socialização, as maneiras de interpretação feitas pelas crianças sobre os eventos que vivem, experimentam, criam e recriam, e sobre o ambiente que se encontram; a interação nas brincadeiras, observando os grupos, necessária para a aceitação e sentimento de segurança e conforto delas com a adulta em questão.

Ser pesquisador dos mundos infantis demanda muitos cuidados – cuidados estes que nos esforçamos para identificar no decorrer do processo, sendo eles: uma adulta desconhecida que busca ser aceita no grupo investigado; e participar da vida do grupo estudado (DELGADO; MÜLLER, 2008) imergindo nele; saber que nem todos os dias as respostas para as perguntas de pesquisa

estarão explícitas no cotidiano escolar; é preciso considerar a voz da criança, saber o que ela tem a nos dizer, e para isso, procurar utilizar vários métodos a identificar se/como eles traduzem as expressões e modos de agir das crianças.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com os estudos da produção acadêmica sobre participação infantil e com as observações realizadas até o momento, foi possível compreender que o espaço de educação escolar oferece, no caso específico, às crianças uma gama de situações de cunho pedagógico intencionalmente colocadas pelas professoras, e também de situações casuais que tomam forma na relação interpessoal adulto-criança e criança-criança.

Dentre as constatações do campo, foi possível discernir as respostas das crianças sobre os tempos e espaços adotados na sala de aula, bem como suas formas de participar, e de seres incluídas nele. Um dos momentos propícios para esta verificação, foi a “hora do brinquedo”, um momento diário disponibilizado à turma para o livre brincar. Pudemos analisar que “as crianças tinham suas preferências e que nem todas queriam os bloquinhos, algumas escolheram panelinhas, jogos de montar e seus próprios brinquedos - os que trazem de casa”. Geralmente, a elas – que esperam ansiosamente este momento do turno escolar – foi apenas feita a distribuição do material para elas brincarem; sem ser questionado a elas qual objeto/brinquedo elas desejam entre os disponíveis. Como resposta, a nosso ver, as crianças falam o que querem, se negam por vezes a brincar com o quê está sendo dado e algumas também demonstram satisfação ao usar os brinquedos que trazem de casa.

Tal situação é similar quando da distribuição dos assentos nos grupos de carteiras. Certo dia, uma das crianças, identificada como L.G. no presente trabalho, estava a se deslocar entre todas as carteiras. Questionamos a ela se o local que ela sentava fora escolhido por ela, e ela prontamente falou que “*não, foi minha mãe que me colocou*” (L.G., trecho do DIÁRIO DE CAMPO 03). E com o passar das horas daquele dia, vimos que algumas crianças por estarem sentadas próximas em sala de aula acabam constituindo uma espécie de grupo, construindo laços de afinidade, se relacionando mais entre si do que com os outros colegas da turma, mesmo em momento fora da sala de aula. Além disso, a escolha do local a se sentar, e, portanto, do grupo mais facilmente a pertencer, não era apenas as mães/pais que faziam, mas também as professoras, que tinha a ver com o comportamento das crianças e atuava como uma estratégia dos adultos de lidarem com isso.

A nosso ver, essa transição de carteira a carteira é uma maneira de demonstrar que algumas crianças sentem a necessidade de sentar em outro grupo, de se relacionar com outros colegas, se distanciar de alguns e mostrar que elas podem decidir sobre onde e com quem querem estar. As respostas das crianças, nos mais simples gestos, confirmam que de uma forma ou de outra, elas estão a negociar diariamente o compartilhamento do espaço, do tempo e de materiais com outras crianças e também com os adultos – a(s) professora(s).

Os tempos próprios das crianças e o entendimento delas diante do que o adulto espera das mesmas foram possível de identificar por meio da narração de uma história infantil, ‘Cheré, o Jacaré de Chulé¹’. A história falava de um jacaré que ganhará um sapato para usar, e ao fim a moral da história trata da importância de ter higiene para uma vida saudável. Para completar os saberes sobre higiene adquiridos pelas crianças, a partir da leitura da história, foi apresentado a elas um jogo da memória relacionado à temática abordada. A estagiária-pesquisadora em formação passou de carteira em carteira, de grupo em grupo... explicando como jogar e às vezes jogando junto, mas as crianças não seguiam as regras do jogo, cada grupo/trio/dupla jogava de uma maneira diferente. Elas demonstraram não entender (ou não aceitar) que a quantidade de *pares* era o que permitia haver um ganhador no jogo, pois estavam adotando o fator quantidade de *fichas*, de modo que quanto mais fichas tinham nas mãos, mas elas queriam, o que gerou em alguns momentos briga entre elas por umas não quererem compartilhar as peças e ficarem juntando nas mãos as fichas e segurando para si. Depois, com um bom tempo decorrido da atividade, as crianças fizeram suas próprias regras e continuaram a jogar o jogo harmonicamente, não querendo mais outro tipo de brincadeira, permanecendo assim até o momento de guardar os materiais e aguardar os pais para o retorno para casa.

A nosso ver as crianças tomaram as rédeas do jogo, mesmo não satisfazendo as regras postas pela adulta que conduzia a atividade. Elas demonstram saber o que a mesma queria que elas fizessem, mas só evidenciaram isso no dia seguinte: antes de distribuir os brinquedos, a estagiária-pesquisadora em formação perguntou a eles o que eles queriam para brincar. E cada um de imediato falou suas preferências. Aos poucos elas foram sendo atendidas uma por uma. Assim que terminou a distribuição dos brinquedos, uma das alunas, aqui nomeada por L.V., perguntou se o jogo da memória da aula anterior estava no armário dos brinquedos, porque ela

¹ Uma das atividades que estão sendo desenvolvidas na EMEI, durante o estágio da primeira autora.

queria agora brincar com ele. Um coletivo foi entregue para ela. Ao perceberem isso, as outras crianças deixaram seus brinquedos de lado e pediram também um jogo da memória para brincar. Com o jogo distribuído a todos, a estagiária-pesquisadora em formação formou duplas e explicou novamente as regras convencionais do jogo para as crianças. Diferentemente da aula anterior, elas começaram a seguir o jogo da maneira como queriam, mas agora seguindo as regras e falando alto ao encontrar os pares de fichas, o que cada imagem apresentava e a importância da mesma. Sempre que cada um deles encontrava um par, chamavam a estagiária condutora da atividade para olhasse a imagem na ficha e escutassem a explicação deles sobre o que se tratava.

Como uma atividade do jogo era novidade para as crianças, elas logo solicitaram ele novamente. Sendo que agora, no tempo delas, foram adotadas as regras indicadas pela adulta que conduziu a atividade, porém, dos seus jeitos, comprovam que suas aprendizagens não se conjugam no tempo da escola, e nem no tempo que o outro-adulto lhes oferece.

Essa forma de apropriação das atividades escolares, feita pelas crianças, é demonstrada também no seguinte episódio. Utilizando uma tarefa xerocada com figura de um dente, a estagiária-pesquisadora em formação entregou a mesma para cada criança, junto com cola e papel crepom cortado em formato de pequenas fitas. A instrução dada indicava que era para ser feita colagem das tiras de papel crepom na imagem do dente (na tarefa xerocada). A produção, não precisou contar com muitos auxílios. Apesar de ser uma atividade simples, cada criança deu um toque especial a sua colagem. Um fizeram bolinhas com o papel para colar na figura, outras apenas colocaram papel na parte inferior do dente e outras saíram esticando fita por fita do crepom para completar todo o dente. Elas se divertiam pelo fato de sentirem as mãos meladas de cola; constantemente mostravam as mãos e a tarefa: *“olha tia minhas mãos, elas estão com cola”*; *“tia tá bonito o meu”*; *“olha tia, fiz assim”*; *“tia, vem ver”* (trecho do DIÁRIO DE CAMPO 08).

Da parte da condutora da atividade era esperado um resultado final idêntico, ou ao menos parecido, por parte de todas as crianças. Todavia, percebemos que elas puseram na atividade outros jeitos e outros modos distintos de fazê-la; uma amostra da criatividade delas perante a atividade pedagógica ministrada. Isso demandou da estagiária confirmação daquilo que elas fizeram, visto que as crianças ficaram evocando seu nome, em prol de uma possível comprovação de suas habilidades.

Em tal caso, as análises do campo investigado certificam que é no modo participativo da criança, compreendida como sujeito de direitos, que a partir dos seus interesses, como motivação para

a experiência educativa, que se estrutura e complexifica esta experiência, promovendo a compreensão desses interesses como base para a experiência e sua estrutura (OLIVEIRA-FORMOSINHO, 2007).

E, é na relação com os outros que a cidadania é vivida e construída, uma vez que é realizado no dia a dia o exercício de interação, negociação e atividades comuns. Logo, a participação das crianças na educação infantil se realiza por diferentes maneiras; seja pelas vozes das crianças, e/ou pelo seu corpo com seus movimentos, gestos ou expressões – o que pôde ser visto com a circulação entre os grupos/carteiras da sala, ou na manifestação oral de recusa aos objetos disponibilizados ou regras de jogo colocadas. Como vimos, não se tratou necessariamente de introduzir no ambiente escolar atividades completamente originais ou inéditas, mas sim de o olhar adulto de fato se dedicar ao quê as crianças estão fazendo com isso precisamente. A nosso ver a “quebra” de regras feita por elas, o não obedecer, ou seja, a sua apropriação do que lhes é dado, podem ser sua forma possível de agir diante da condução dada pelos adultos em nome da educação escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a promoção da participação e inclusão das crianças na educação infantil, faz-se necessário um entendimento acerca das crianças enquanto atores sociais ativos na produção e reprodução deste espaço. Fator esse que tendeu a ser constatado no decorrer das pesquisas de campo, pois as crianças apesar de participarem de uma dinâmica escolar já estruturada, refazem-a a partir dos seus modos e jeitos de encerrar o ambiente, o tempo e os outros nele presente; sejam estes últimos adultos ou seus pares.

Quando consideramos as formas próprias de participação das crianças na estruturação do espaço e tempo da educação infantil, damos um passo importante para a implementação e construção de uma Pedagogia da Infância que se constrói por meio da contribuição de todos os envolvidos nas práticas pedagógicas. Entretanto, é no âmbito de uma Pedagogia da Infância, ou seja, de uma pedagogia da/em participação, que se preconiza uma instituição de cotidiano educativo o qual concebe a criança como uma pessoa com agência – e não um sujeito à espera de ser pessoa, mas aquele que lê o mundo e o interpreta, que constrói saberes e cultura, que participa como pessoa e como cidadão na vida da família, da escola, da sociedade.

Em todo caso, salientamos nas cenas explicitadas anteriormente, a relevância da adesão de práticas pedagógicas que garantam a possibilidade de expressão do corpo e dos afetos das crianças enquanto indivíduos na convivência coletiva,

visto que é por meio destes que se identificam os modos delas dizerem que fazem parte a algo e isso implica que suas vozes e opiniões sejam levadas em consideração.

A realização de estudos sobre infância e participação infantil colabora para a disseminação desses no meio acadêmico, no nível de conhecimento da licenciatura, e também os difunde para profissionais da área da educação devido à necessidade de serem (re)pensadas as práticas pedagógicas desenvolvidas na educação infantil. O trabalho que está em desenvolvimento, então, busca evidenciar a relevância de impulsionar uma ressignificação da concepção de infância vigente em nossa sociedade, de modo a valorizar e promover a participação ativa de cada criança no cotidiano educativo e social. Está é uma tarefa fundamental para o desenlace das desigualdades geracionais: assumir as crianças, dentro dos contextos escolares, como possuidoras de autonomia e competências para participar ativamente do processo pedagógico.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Kátia Adair. A Educação Infantil com a participação das crianças: algumas reflexões. **Da investigação às práticas**, 6 (I), 69-86, 2016.

_____. **Formas de participação das crianças na Educação Infantil**. Tese de doutorado nos Estudos da Criança, Uminho/Pt., 2010.

CASTRO, Lucia Rabelo de. (coord.). **Falatório: participação e democracia na escola**. Rio de Janeiro: Contra-capa/Faperj, 2010.

DELGADO, Ana Cristina Coll; MÜLLER, Fernanda. Abordagens etnográficas nas pesquisas com crianças. In: Silvia Helena Vieira Cruz. (Org.). **A Criança fala: a escuta de crianças em pesquisas**. 1ed.São Paulo: Cortez, 2008, v. 1, p. 286-289.

FERNANDES, Natalia. **Infância e Direitos: participação das crianças nos contextos de vida**. – Representações, práticas e poderes. Tese (Doutorado). – Instituto de Estudos da criança, Universidade do Minho, Braga, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LÜDKE, Menga; CRUZ, Giseli B. da. Aproximando universidade e escola de educação básica pela pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, v.35, n. 125, pp.81-109. 2005.

CRUZ NETO, Otávio. **O trabalho de campo como descoberta e criação**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa Social**. 23.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

OLIVEIRA-FORMOZINHO Júlia. **Pedagogia(s) da infância: reconstruindo uma práxis de participação**. In: OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; KISHIMOTO, Tizuko Morchida; PINAZZA, Mônica



Appezato (Orgs.). **Pedagogia(s) da infância:** dialogando com o passado: construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SOARES, Natália Fernandes. Os direitos das crianças nas encruzilhadas da proteção e da participação. **Zero-a-Seis.** Florianópolis, v. 7, n.º. 12, p. 8-18, jan. 2005.

TOMÁS, Catarina Almeida. **Há muitos mundos no mundo:** direitos das crianças, cosmopolitismo infantil e movimentos sociais de crianças – diálogos entre crianças de Portugal e Brasil. Tese (Doutorado em Educação e infância). Universidade do Minho, 2007.

TOMÁS, Catarina Almeida; FERNANDES, Natália. Participação e acção pedagógica: a valorização da(s) competência(s) e acção social das crianças. **Educativa,** Goiânia, v. 16, n. 2, p. 201-216, jul./dez. 2013.